

**A inscrição da escala racial negra no arquivo colonial português*****The inscription of black racial scale in the Portuguese colonial archive*****Pollyane Belo¹**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

RESUMO

Este artigo pretende revisar as articulações representativas e materiais na descrição da gradação racial negra em *Chronica do descobrimento e a conquista da Guiné* (Azurara, [1453] 1851). O texto explora como a categorização racial serviu ao controle colonial e a diferenciação entre grupos. A análise se concentra em três pontos principais: a) a criação das divisões intergrupais (colonizadores x colonizados) e intragrupal (divisão por tonalidades do grupo cativo) manipuladas pelo relato português; b) o papel de tradução e viabilização das pessoas cativas “mais claras” dentro do/para o regime colonial. A perspectiva da “tradução” e “compreensão” dos colonizadores para com os povos nativos é exposta para pensar se a diferença racial desaparece ou não em posições “mais à brancura” na hierarquia colonial; c) a imaginação “dos Outros de Portugal” como fator fundamental na fabricação da “Terra dos Negros”, atuando como um instrumento de subjugação que vai além e aquém do contato direto e concreto entre colonizadores e pessoas cativas.

Palavras-chave: Arquivo Português. Escala Racial. Raça. Racialização.**ABSTRACT**

This paper aims to review the representative and material aspects in the description of black racial gradation in "Chronicle of the Discovery and Conquest of Guinea" (Azurara, [1453] 1851). The work explores how racial categorization served colonial control and differentiation between groups. The analysis focuses on two main points: a) the creation of intergroup divisions (colonizers vs. colonized) and intragroup divisions (division by shades within the captive group) manipulated by the Portuguese account; b) the role of translation of "lighter-skinned" captive individuals within the colonial regime. The perspective of "translation" and "understanding" of the colonizers towards the native peoples is examined to consider whether racial difference disappears or not in positions "closer to whiteness" in the colonial hierarchy; c) the imagination of "the Others of Portugal" as a fundamental factor in the creation of "The Land of the Negroes," acting as an instrument of subjugation that

¹ E-mail: pollyanebelo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3875-1945>.



goes beyond and before the direct and concrete contact between colonizers and captives.

Keywords: Portuguese Archive. Race Scale. Race. Racialization.

DE(IN)SCRIÇÃO

*sedutora
essa ideia
criar corpo*

*mas você já
viu alguém
criar para
si um corpo
sem antes
devorar
o alheio?*

-Miro Spinelli

Em 1453, o cronista-mor da dinastia de Bragança, Gomes Eannes de Azurara² publica *Chronica do descobrimento e a conquista da Guiné*, a mando do rei Dom Afonso V de Portugal. A obra, desaparecida por séculos e reencontrada em Paris,³ é uma amostra da tarefa arquivista do colonialismo ibérico, caso típico de documentação do relato português que institui a nação lusitana como exemplo de ímpeto desbravador. Encontra-se nesse relato a tradução da submissão geográfica e sujeição de pessoas como conquistas positivas para terras e povos nativos de Áfricas, os quais, enfim, estariam vinculados ao espectro do desenvolvimento civilizatório europeu.⁴ O documento registra as invasões da coroa portuguesa no norte da África ao longo da década de 1440, cujo principal articulador foi o tio do rei vigente, Infante Dom Henrique. Conhecido historicamente como “o Navegador” (Mariani, 2005), seu “desejo de pioneirismo” é na verdade uma dissimulação para seu real propósito: o

² Encontra-se também a grafia “Gomes Eannes de Zurara” em documentos históricos reeditados com as obras do autor (Zurara, 1792; 1793), a qual se tornou mais corrente em análises contemporâneas (Queirós, 1997; Mariani, 2005; Aguiar, 2018). Contudo, escolhi utilizar no texto a grafia da primeira edição da obra tornada pública.

³ 400 anos após a publicação do manuscrito, em 1839, uma cópia integral do documento foi encontrada por Ferdinand Denis, conservada na, então intitulada, Real Biblioteca de Paris (Leite, 1941), e que hoje se chama Biblioteca Nacional da França.

⁴ Outro exemplo da invasão documentada como progresso civilizatório é *Chronica da Tomada de Ceuta* (1450), uma região no extremo norte da África, no estreito de Gibraltar. Sua invasão em 1415 marcou o início do colonialismo português. A obra que pretende registrar a dominação da área também foi escrita por Azurara.

esbulho de pessoas do continente africano, a doutrinação católica e a reconfiguração geopolítica do sistema Portugal (acúmulo) ← Países de Áfricas (espólio).⁵

Durante o colonialismo português, o povo “eurocristão monoteísta” (Santos, 2015) cria em sua prática arquivista a condição de fabricação de materialidades estruturadas sobre três fundamentos: a) aquele que escreve para arquivar tem o domínio do tempo autorizado *a priori* dentro da disciplina História; b) a separação do espaço-tempo entre a fonte de conhecimento (o arquivo) e aquele prestes a conhecer, isto é, a superação do tempo presente e passado; c) a incorruptibilidade do arquivo, ele está além da mudança e da manipulação política, ou seja, seu *status* está fora da mediação, suas escrituras representam coisas em sua literalidade - ali encontra-se “A” verdade (Taylor, 2013, p. 49).

Monopolizadas pelos colonizadores, as condições de existência do arquivo pré-configuram a fundação do relato de sequestro de guineanos, e por consequência, a própria entrada representativa dos cativos no arquivo lusitano. Há nesse processo de grafia do acontecido sob à luz do pensamento colonial português, a concepção e, ao mesmo tempo, a corroboração do controle jurídico, econômico, social e estético de povos não-europeus. Tais historicizações alicerçadas na “lei monárquica divina” evocam e sustentam o poder da nação lusitana ao retratar “o estrangeiro subjugado” e ao maquiar as novas formas de acúmulo de riquezas provenientes do horror da escravidão.

Encarregado por nomeação régia para relatar a história da monarquia portuguesa, Azurara carrega em sua escrita um *status* onisciente descritivo. O cronista aplica artifícios coloniais de organização visual, e a partir de ferramentas figurativas da linguagem lusitana, ele refunda as singularidades em uma tropologia da “terra dos negros” ([1453] 1841). *Representações* são criadas para o entendimento do potencial leitor das “conquistas e descobrimentos” da Guiné. A diferença primária e mais importante é aparente através do relato: a “carga viva marítima” é despojada da imagem e semelhança do específico deus católico respaldado e consagrado pelo Vaticano. Longe da professada fé cristã, o dissenso não habita apenas a mimese religiosa. A discrepância é salientada e, concomitantemente, instituí-

⁵ É comum encontrar no campo de conhecimento da História descrições da usurpação colonial portuguesa de territórios e pessoas entremeadas com argumentos edificantes do ímpeto marítimo do Infante Dom Henrique (Boxer, 2001; Enders, 1994).

da na comparação indireta de atributos físicos entre colonizadores e cativos, e nas especificações feitas pelos primeiros sobre os últimos.

No outro dya, que eram viij^o dyas do mes dagosto, muito cedo pella manhaã por rezom da calma, começaram os mareantes de correger seus batees, e tirar aquelles cativos pera os levarem, segundo lhe fora mandado; os quaaes, postos juntamente naquelle campo, era hũa maravilhosa cousa de veer, ca antre elles avya alguũs *de razoa-da brancura*, fremosos e apostos; *outros menos brancos*, que queryam semelhar *pardos*; outros *tam negros come tiopios*, tam de-safeiçoados, assy nas caras como nos corpos, que casy parecia, aos homeês que os esguardavam, que vyam as imageês do imisperyo mais baixo. Mas qual serya o coração, por duro que seer podesse, que nom fosse pungido de piedoso sentimento, veendo assy aquella companha; ca huũs tiinham as caras baixas, e os rostros lavados com lagrimas, olhando huũs contra os outros; outros estavam gemendo muy doorosamente, esguardando a altura dos ceeos, firmando os olhos em elles, braadando altamente, como se pedissem acorro ao padre da natureza; outros feryam seu rosto com suas palmas, lancandosse tendidos em meo do chaão; outros faziam suas lamentaçooês em maneira de canto, segundo o costume de sua terra, nasquaaes postoque as pallavras da linguaagem aos nossos nom podesse seer entendida, bem correspondya ao graao de sua tristeza. Mas pera seu doo seer mais acrecentado, sobreveherom aquelles que tiinham cargorego da partilha, e começaram de os apartarem huũs dos outros; afim de poerem seus quinhooês em igualleza; onde conviinha de necessydade de se apartarem os filhos dos padres, e as mulheres dos maridos, e os huũs irmãos dos outros. A amigos nem a parentes nom se guardava nhua ley, somente cada huũ caya onde a sorte levava! Oo poderosa fortuna, que andas e desandas com tuas rodas, compassando as cousas do mundo como te praz! (De Azurara, [1453] 1841, p.132-134, grifo meu).⁶

Na passagem, o cronista-mor demarca tacitamente a distância entre aquele que arquiteta o arquivo do que foi visto (o representante da coroa portuguesa, *per*

⁶ Reconhecendo o português arcaico da passagem, insiro aqui algumas palavras mais distantes dos seus significados correntes: *mareantes*, homem do mar, navegador, marinheiro; *batees*, bote, embarcação pequena; *fremosos*, formosos; *tiopios*, referência à região chamada na época de Thiopya, “Thiopya he sobre o Egipto e sobre Africa, da parte meridional; do oriente se estende contra o ocidente ataa o mar Ethiopico” (Zurara, [1453] 1839, p. 11), ou Etiópia, logo, “etiopes”. A título de explicação, Etiópia aqui não se refere ao país delimitado no extremo leste do continente africano. Em uma nota de rodapé da edição reeditada de 1899, esta questão é explicada: “(...) enquanto a Etiópia, por mais confusa que seja a referência, sempre parte do conhecimento ancestral do Sudão, e especialmente do Sudão Oriental ou Egípcio.” (Zurara, 1899, p. 297). No original: “(...) while Ethiopia, however confused the reference, always starts from the ancient knowledge of the Sudan, and especially the Eastern or Egyptian Sudan.” Nota-se a amplidão de Azurara ao referenciar a “Thiopya”, apontando suas terras até o mar Ethiopico, isto é, o que hoje conhecemos como Oceano Atlântico (Lois & Garcia, 2009). Esta proximidade com a parte oeste de Áfricas (*Aethiopia interior*) e com Egito (*Aethiopia sub Aegypto*) pode ser identificada no mapa de 1552 feito por Sebastian Munster e disponibilizado online pela Universidade de Princeton. Disponível em: <https://lib-dbserver.princeton.edu/visual_materials/maps/websites/africa/maps-northern/northern.html> Acesso em 24 ago. 2023.

se, a nação lusitana) e as “cousas do mundo”. A despeito do direto comprometimento com o horror provocado, a “compaixão” cristã toma o relato português, afastando a responsabilidade monárquica pelo sofrimento e incutindo uma valorização sentimental e uma “ética colonizatória” motivada pela condescendência com os grupos colonizados. Através do fechamento da narrativa que uniformiza os cativos em expressões de dor e sofrimento, demarca-se a discrepância da autonomia das existências ali em jogo, onde para o colonizador, as pessoas da Guiné são separadas e aprisionadas por condições circunstanciais fora de controle. A “poderosa fortuna” é uma presença metafórica que assombra a inscrição de pessoas de Áfricas no regime de representação português, portanto, o acaso camufla a justificativa colonial para a pilhagem e expugnação de povos e terras.

Sob a mirada de Azurara, a contingência não se limita somente à separação do círculo de afetos dessas singularidades aprisionadas, ela condiciona a vulgaridade, decadência e imoralidade impressa nos modos de vida generificados daquele espaço, os quais remetem a um tempo pregresso. Na reta final de *Chronica do descobrimento e a conquista da Guiné*, o principal cronista português faz um comentário sobre alguns povos encontrados em Oaden, região localizada no norte do continente africano:

As molheres vestem alquices, que som assy como mantos, com os quaaes soamente cobrem os rostros, e per ally entendem que acabam de co bryr toda sua vergonha, ca os corpos trazem to dos nuus. Por certo, dizaquelle que ajuntou esta estorya, que esta he hua das cousas per que homem pode conhecer sua grande bestyallidade, ca se algua pequena de razom antre elles ouves se, seguyryam a natureza, cobrindo aquellas partes soamente que ella mostrou que devyam seer cubertas, ca vemos naturalmente que em cada huu daquelles lugares vergonhosos pos cerco de cabellos, mostrando que os querya sconder; e ainda teem alguũs naturaas, que se leixarem assy aquelles cabellos, que tanto crecerom, atee que scondam to-dollos lugares de vossa vergonha. ([1453] 1841, p. 363)

Neste artigo, procuro ler a imposição da gramática portuguesa em escala que corta materialmente a “carga viva marítima” descarnada das regras lusitanas, carga que quando comparada ao avançado e íntegro império português se transmuta em um compêndio de debilidade temporal e moral. E sobretudo, procuro me atentar ao intrincado processo de descrição do grupo de colonizados na sintaxe portuguesa em sua observação figurativa de diferentes membros dessa comunidade. Chamo a atenção para este processo comparativo e classificatório, o qual detalha as tona-

lidades de peles cativas sob o signo da escravidão associadas à manutenção do termo “terra dos negros” por toda a obra.

Os trechos de Azurara demonstram como a inteligibilidade eurocristã mono-teísta necessita de uma tradução de corpos cativos dentro de seu sistema de pensamento onde a negrura do grupo e negrura generificada são causas de/causadas pelo desconforto no ato de suas aparições. David Lloyd (2018) expõe esta habilidade de categorização dentro do regime estético colonial ao analisar o encontro traumático de Fanon (2008) com uma criança branca em Paris.⁷ Logo em seguida, Lloyd submete a análise desta nomeação aberrante à generificação, isto é, defronta a alegoria ocidental da “mulher negra” com os fundamentos estéticos ocidentais de “belo” e “sublime”,⁸ instrumentos classificatórios da gramática visual portuguesa:

(...) o olhar supostamente não instruído de uma criança revela o fato de que o aparentemente imediato afastamento da negritude já está estruturado retrospectivamente pelo que ela terá reconhecido. Cada olhar já está enredado no regime de representação no qual encontra seu significado: não é “Olha, o que é aquilo?” mas sim “Olha, um negro!”. Além disso, a negritude de uma mulher provoca, de forma muito mais intensa, um “grande horror”. O feminino, o suporte do belo que relaxa e dissolve o sujeito, entra em conjunção com a marca escura do corpo racializado, provocando assim o colapso da cuidadosamente mantida distinção entre os domínios da auto-preservação e da reprodução, do sublime e do belo, do sujeito e do objeto, do “Selvagem” excluído e do “social” civilizado. Em resumo, a aparência da mulher negra inicia um naufrágio das fronteiras entre a morte e a vida (Lloyd, 2018, p. 65, tradução minha).⁹

⁷ Lloyd se refere a seguinte passagem de *Pele Negra, Máscaras Brancas* (Fanon, 2008): “Os elementos que utilizei não me foram fornecidos pelos ‘resíduos de sensações e percepções de ordem sobretudo tátil, espacial, cinestésica e visual’, mas pelo outro, o branco, que os teceu para mim através de mil detalhes, anedotas, relatos. Eu acreditava estar construindo um eu fisiológico, equilibrando o espaço, localizando as sensações, e eis que exigiam de mim um suplemento. ‘Olhe, um preto!’ Era um *stimulus* externo, me futucando quando eu passava. Eu esboçava um sorriso. ‘Olhe, um preto!’ É verdade, eu me divertia. ‘Olhe, um preto!’ O círculo fechava-se pouco a pouco. Eu me divertia abertamente. ‘Mamãe, olhe o preto, estou com medo!’ Medo! Medo! E começavam a me temer. Quis gargalhar até sufocar, mas isso tornou-se impossível.” (p. 105)

⁸ O autor toma como base para “belo” e “sublime” o trabalho *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo* ([1757] 2014) de Edmund Burke. A obra explora o fascínio pelo grotesco, o terrível e o incontrolável, em notável contraste com a preferência predominante do século XVIII pelo controle e pelo equilíbrio. Burke argumenta que a beleza evoca o amor, enquanto o sublime provoca o terror. A beleza induz à tranquilidade, enquanto o sublime gera tensão. A sensação do sublime emerge de extremos, como a vastidão, alturas imponentes, desafios formidáveis, escuridão ou uma luminosidade avassaladora. A obra oferece uma justificativa para a atração magnética da arquitetura grotesca ou extravagante, da literatura gótica e do ambiente selvagem e inexplorado pelo “avanço” civilizatório.

⁹ No original: “(...) the putatively untutored gaze of a child betrays the fact that the apparently unmediated recoil from blackness is already structured retrospectively by what it will have recognized. Every gaze is already snagged in the regime of representation within which it finds its meaning: not ‘Look, what’s that?’ but ‘Look, a negro!’. Moreover, the blackness of a woman provokes,

Chronica do descobrimento e a conquista da Guiné informa os complexos escalonamentos topológicos (fenotipia e gênero) evocados pelo aparato colonial português do século XV diante da fronteira entre a morte e a vida. Azurara tece a gradação das cores das pessoas nativas e o binarismo de gênero, e simultaneamente, a sua escrita homogeneiza tal grupo ao colocá-lo em uma relação radicalmente dialética com seus escravizadores. As duas ordens de classificação das pessoas escravizadas, intragrupal e intergrupar,¹⁰ explicitam o cerne da comparação descritiva tanto na visualidade gradativa para a tez da pele e di-morfia “sexual”¹¹, quanto para o distanciamento e compadecimento cínico dos colonizadores com as lamúrias das pessoas acorrentadas. Isto é, o centro de partida para a escrita do arquivo é o contraste centrado na transparência racial, moral e liberdade (vida plena) do homem branco europeu (Silva, 2022).¹²

far more intensely, “great horror.” The feminine, the support of the beautiful that relaxes and dissolves the subject, comes into conjunction with the dark mark of the racialized body, thus bringing about the collapse of the carefully maintained distinction between the domains of self-preservation and of reproduction, of the sublime and the beautiful, of subject and object, of the barred “Savage” and the civilized “social.” In short, the black woman’s appearance initiates a foundering of the borders between death and life.”

¹⁰ “Intragrupal”, lê-se como a relação e separação entre os nativos; “intergrupar”, lê-se como a relação e separação entre nativos e os colonos escravizadores.

¹¹ No caso da inscrição do gênero em povos dominados, a concepção de morfologia europeia pré-configura uma di-morfia, isto é, o “pênis” e a “vagina”. Este binarismo material é indissociável na gramática colonial das significações “macho” e “fêmea”, respectivamente (Oyêwùmí, 1997). Tal registro condiciona a cisheteronormatividade compulsória, onde a relação entre “sexos” é simplificada da seguinte maneira: indivíduos com a característica física “pênis” serão inclinados a desejar aqueles com a característica física “vagina”, e eles irão incorporar todos os atributos associados à masculinidade em seus corpos e comportamentos. O símbolo do pênis, portanto, representa uma manifestação da masculinidade, junto com seus gestos, características distintas e expectativas sociais e culturais correspondentes. Por outro lado, aqueles com a característica física “vagina” serão inclinados a desejar aqueles com a característica física “pênis”, e eles também irão internalizar todos os atributos culturalmente associados à feminilidade em seus corpos e maneirismos. A estrutura colonial organiza as pessoas cativas em torno desses dois polos de significado de gênero, mas longe da branquira. O masculino e feminino europeus não partilham sua autonomia “civilizada” com o masculino e o feminino “dos outros da Europa”, encaixando os últimos em subcategorias biologicamente determinadas. Devido ao seu status de “selvagem”, a noção de destinos vinculados ao gênero como inerentes e “naturais” para cada pessoa cativa é reforçada, inscrevendo-os não como “homem” e “mulher”, mas na bestialização “macho” e “fêmea” (Lugones, 2008).

¹² Sublinho a forja desta transparência racial. A branquitude é uma inscrição colonial fabulativa, na qual sua ficcionalização a inscreve no regime colonial como transparente à racialização, e automaticamente, livre das violências raciais. Do mesmo modo, encaramos a criação da “raça negra” por mentes européias como também uma ficção poderosa que reordena violentamente as vidas de pessoas que se enquadram dentro desta “descrição”. A materialidade das violências destas ficções e a necessidade de tomá-las como símbolos identitários de luta já foi explicitadas por trabalhos anteriores que obtiveram êxito ao demonstrar a dimensão de sua força (Lugones, 2008; Mombça, 2016; Nascimento, 1978; Oyêwùmí, 1997).

A inteligibilidade portuguesa enredada pelo seu próprio regime de representação (Lloyd, 2018) é condicionada pela comparação como estratégia de compreensão - através do contraste se alcança a caracterização corporal e a separação de indivíduos em subgrupos de tonalidades e gênero. Nesta leitura europeia “dos Outros”, cria-se entre os guineanos e o colonizador uma divergência existencial marcada pela concretude do antagonismo servidão vs. liberdade. No fim das contas, o centro descritivo (a transparência racial portuguesa) possibilita a captura colonial de corpos e mentes e, em sua documentação no arquivo português, as pessoas cativas aparecem apenas como uma exposição histórica, e por isso, sinônimo e representação fiel do real.

A descrição se concretiza como técnica de criação e regulação colonial dos povos guineanos, logo, tal registro lusitano evidencia como a determinação portuguesa sobre si mesma e sobre pessoas africanas é basilar para a linguagem e controle coloniais. Incorporados à narrativa de Azurara, novas margens e centros geopolíticos e ontológicos são fundados com novos locais de dissociação e poder intragrupal (masculino/feminino e mais claros/mais escuros). Não obstante, o cerne de poder absoluto se mantém naquele que concebe e representa o escalonamento. Mais especificamente, a liberdade é atributo a priori dos portugueses nesta narrativa enquanto “os Outros de Portugal” sofrem regulação no exato momento de sua construção ontológica e material no momento que entram na “História” pela gramática lusitana.

A obra *Bebê da mamãe, talvez do papai: uma gramática estadunidense* (2021) de Hortense Spillers oferece a psicanálise e o pensamento radical negro para ponderar sobre a tradução e inteligibilidade lusitana sobre as pessoas cativas no processo colonial. Spillers lê a prática arquivista de Azurara como

“(...) uma leitura alternativa do ego. Portugueses, sem saberem para onde corria o Nilo, pelo menos compreenderam de imediato que havia homens e mulheres mais escuras que eles, mas não eram especificamente bem informados, ou engenhosos, a respeito das várias famílias e grupos representados por essas pessoas. De Azurara registra encontros com ‘mouros’, ‘mouras’, ‘mulatas’ e pessoas ‘pretas como etíopes’, mas parece que a ‘Terra da Guiné’ ou de ‘Homens Pretos’ ou de ‘Negres’, estava localizada a qualquer lugar

ao sudeste do Cabo Verde, das Canárias e do rio Senegal, olhando para uma versão europeia do século VIII do continente (2021, p. 41).¹³

Com base na descrição do campo de cativos feita por Azurara citada no início deste artigo, Spillers adentra na terminologia portuguesa de gradação de cor da pele. Logo em seguida, a pensadora aponta a abstração da multiplicidade encontrada na Guiné feita pelos colonizadores ao produzir a representação inseparável entre “terra”, “negrura” e “cativo”, ou seja, “Terra dos Homens Negros”. Para Spillers, o esquema corporal e psicológico do português institui o ponto mais anômalo para inscrever aqueles povos em sua inteligibilidade, ou seja, os “tam negros come tiopios, tam desafeiçoados, assy nas caras como nos corpos, que casy parecia, aos homeões que os esguardavam, que vyam as imageões do imisperryo mais baixo.” (Azurara, [1453] 1841, p.132).

Por implicação, esse ‘terceiro tipo’, representando o fenótipo mais aberrante para o olho conservador, incorpora a comunidade linguística mais desconhecida para os europeus. Os tradutores árabes entre os europeus poderiam pelo menos ‘falar’ com ‘mouros’ e instruí-los a se redimirem ou algo do tipo...Tipicamente, há nesta gramática de descrição a perspectiva da “declinação”, não da simultaneidade, e seu ponto de iniciação é solipsista - começa com um eu [self] narrativo, em uma aparente unidade de sentimento (...), este eu [self] coletivo descobre os meios pelos quais subjugar o “código estrangeiro de consciência”, cuja diferença mais facilmente notável e irremediável é percebida na cor da pele. (Spillers, 2021, p. 42)

¹³ Preciso chamar atenção para a tradução de algumas taxonomias étnico-raciais do século XV reproduzidas pela autora. Na obra original, Spillers utiliza os termos “‘Black men’” e “‘The Negroes’” cujas referências diretas na tradução brasileira publicada em *Pensamento negro radical: antologia de ensaios* (2021) são “Homens Pretos” e “Negres”. Spillers ao empregar tais termos, reapresenta as expressões utilizadas em *The Discovery and Conquest of Guinea, 1441-1448* da coletânea *Documents illustrative of the history of the slave trade to America* (1932), traduzida por Beazley e Prestage. Em minhas buscas não foi possível encontrar a edição de 1932 que Spillers indica em suas referências bibliográficas, apenas a de 1930. Contudo, verifiquei diversas edições da mesma versão traduzida por Beazley e Prestage e todas apresentaram os termos da mesma maneira, isto é, “Black men” e “The Negroes”. Ver: a) edição de 1896, publicada por Hakluyt Society em Londres; b) edição de 2010, publicada por Cambridge University Press em Nova York, página 81. Ademais, em uma nota de rodapé na apresentação da crônica de Azurara em *Documents illustrative of the history of the slave trade to America* (1932), é especificado que a tradução utilizada para a coletânea é a de 1896 feita por Beazley e Prestage. Sublinho estes termos na língua original para evidenciar as inscrições de gênero binárias nas descrições de Azurara, uma preocupação demarcada por Spillers na obra original *Mama's Baby, Papa's Maybe: An American Grammar Book* (1987). Embora eu entenda a tentativa de demarcar organizações de gênero fora da imposição dual colonial na tradução para o português de “The Negroes” para a linguagem não-binária “Negres”, a escolha do último termo omite o escalonamento de gênero colonial marcado na escrita original “Negros”, além de contribuir para o abrandamento da denúncia de Spillers sobre a violência simbólica e material perpetrada contra as mulheres negras cativas dentro da gramática e mundo colonial.

A leitura de Spillers reconhece a gradação, porém investe na lógica dual in-crustrada no sistema de pensamento português para criação da “Terra dos Homens (*tam*) Negros”.¹⁴ Para a pensadora estadunidense, o sistema de inscrição de “guineanos” na sintaxe portuguesa se baseia na dialética hegeliana revista por Fanon (2008), onde a tese é o europeu (brancura) e a antítese é o seu oposto ideal (negrura), desaguando na síntese: a evidenciação extrema de uma diferença cativa.¹⁵ Abstrações conceituais sobre as pessoas em “declive” (+ brancura → - negrura) são engendradas “na epistemologia da aparência e realidade” (Bhabha, 1998, p. 73), isto é, o “eu [*self*] narrativo/coletivo” português arremata as pessoas não-brancas em simulacros de involução e exploração. Em suma, a perspectiva psicanalítica de Spillers com sua “leitura alternativa do ego” lusitano registra a manifestação radicalmente contrária de si na carne mais escura apresentada pelo arquivo colonial.

Obtive o primeiro acesso ao texto de Azurara a partir da obra de Spillers, e quando me debrucei sobre o original da *Conquista da Guiné*, me indaguei sobre a relevância metodológica de não suplantar a diferença total com a representação da negrura “absoluta”, ou “terceiro tipo”, vista pelos colonizadores. Reitero que o método de Spillers acompanha e interpreta a lógica dual das ferramentas coloniais da escravidão, explicadas não apenas pelo seu trajeto no campo psicanalítico e do feminismo negro estadunidense, mas também pelo seu profundo enraizamento no processo de racialização sócio-histórico de pessoas negras nos Estados Unidos, o qual distende majoritariamente de um movimento bem mais objetivo na separação territorial, jurídica e econômica entre caucasianos e pessoas negras (Brito, 2016).

¹⁴ A tentativa de tradução de “Black men” para “Homens pretos” na versão brasileira descarta a reprodução do termo por Spillers de *Documents illustrative of the history of the slave trade to America* (Donnan, 1932). “Homens pretos” está de acordo com a representação dual extrema apresentada pela autora (o terceiro tipo) e o conceito sócio-histórico da raça estadunidense. Contudo, o termo “pretos” ao ser lido atualmente no espaço brasileiro, remete a classificação social brasileira de “pretos” e “pardos”, e por conseguinte, entra em tensão com o termo “negros” que incita ampla figuração de homens não-brancos. “Pretos” seria tradução da diferença mais radical do terceiro tipo lido por Spillers e estaria de acordo com a dualidade extremada da formação racial socio-histórica dos Estados Unidos, porém estamos lendo Azurara a partir de uma mirada brasileira, com outra configuração socio-históricas para a racialização. Sendo assim, o termo “negros” está de acordo com a inscrição de gradação de tonalidade do próprio relato de Azurara. Destaco aqui a dificuldade de descrição e tradução através do tempo e do espaço (Portugal do século XV; Estados Unidos do século XX e Brasil, XXI) quando tentamos lidar com representações de signos e seus dissensos de cada local e época. Reiterando, no original (Azurara, [1453] 1841) o termo referente é “Terra dos Negros”.

¹⁵ “Pronto, não foi eu quem criou um sentido para mim, este sentido já estava lá, pré-existente, esperando-me. Não é com a minha miséria de preto ruim, meus dentes de preto malvado, minha fome de preto mau que modelo a flama pra tocar fogo no mundo: a flama já estava lá, à espera desta oportunidade histórica.” (p. 121).

Apesar de não ser apropriado o monopólio da diferença absoluta trazida por Hortense Spillers (brancura-total-europeia/negrura-total-africano) para pensar as nuances das racializações brasileiras, concordo que as pessoas cativas são inscritas na vestibularidade colonial¹⁶ (Spillers, 2021) através da sintaxe própria da “carne”, a objetificação mais material de corpo negro e grau zero de existência, anterior mesmo ao conceito de “corpo”, contudo este movimento é paradoxal. Ao mesmo tempo que há uma homogeneização da “carne cativa”, insumo para a riqueza do império português,¹⁷ há uma heterogenia, isto é, uma ordenação necessária para entrarem na gramática lusitana cuja pré-condição é a descrição e a comparação, e, portanto, as nuances. Ao reescrever a possibilidade da comunicação entre “os mouros”¹⁸ (os mais claros, segundo Spillers) como uma redução do estrangeirismo de parte dessa massa cativa,¹⁹ a autora circunscreve junto com o texto colonial os escalonamentos em sua análise. A partir de uma leitura brasileira do texto de Spillers, surge a questão: a redenção dos mouros “ou algo do tipo” seria suficiente para que os “mais claros” com acesso à “tradução” fossem libertos de todas as articulações coloniais e escravagistas sob o domínio português?

¹⁶ Leia “vestibularidade” proeminente de “vestibule”, isto é, “uma passagem, *hall* ou cômodo entre a porta de saída e o interior de um prédio: *lobby*” (Vestibule, 2023a), no original: “a passage, hall, or room between the outer door and the interior of a building”; ou “um pequeno espaço logo após a porta de saída de um prédio público onde você pode deixar seu casaco, etc.” (Vestibule, 2023b), no original: “a small room just inside the outer door of a public building where you can leave your coat, etc.”

¹⁷ Esta generalização abriga outros registros etimológicos para povos de outras cores dentro da gramática portuguesa colonizatória, como demonstrado por Jack Forbes (1993) “Os portugueses (...) também tendiam a usar o termo ‘negro’ para englobar muitos não-africanos, pessoas cuja cor da pele era um tom de marrom. Parece que, nesse sentido, ‘negro’ pode ser concebido como o oposto de ‘branco’ e em um modo de pensamento dualista, todos os seres humanos devem logicamente se encaixar em uma das duas categorias. Nesse uso, ‘negro’ ou ‘mouro’ quase se tornam equivalentes a ‘não branco’ ou ‘Terceiro Mundo’ nos usos recentes”. (p. 66) No original: “The Portuguese (...) also tended to use the term ‘negro’ to encompass many non-Africans, people whose skin color was a shade of Brown. It would appear that, in this sense, black can be conceived of as the opposite of White and in a dualistic mode of thinking all humans must logically fall into one of the two categories. In this usage, negro or moor almost become equivalente to ‘non-white’ or ‘Third World’ in recent usage”.

¹⁸ Jack Forbes em *Africans and Native Americans: the language of race and the evolution of Red-Black peoples* (1993) busca a etimologia do termo “mouro” em diversas línguas, e aponta como tal termo e seus equivalentes foram amplamente utilizados na Europa do final da Idade Média e do início da Idade Moderna (p. 67). No caso específico da língua portuguesa, Forbes aponta os seguintes termos equivalentes: “(...) *moreno* (*subniger*, *fuscus*, ou seja, menos do que negro, mais escuro/li-geiramente escuro/amoneirado, *pardo*)” (p. 67, tradução minha). No original: “*moreno* (*subniger*, *fuscus*, that is, less than black, darkish, *pardo*)”.

¹⁹ “Os tradutores árabes entre os europeus poderiam pelo menos ‘falar’ com ‘mouros’ e instruí-los a se redimirem ou algo do tipo...” (Spillers, 2021, p. 42).

A perspectiva de encontrar um “em comum” no diálogo e arrefecer as consequências do regime colonial para com “os mouros” acena à mirada pós-moderna, onde a transposição linguística e cultural desses povos para os colonizadores concederia um local acessível e de falsa transparência racial no regime de expropriação colonial. Isto é, o entendimento da diferença pelo centro de poder, deságua em dinâmicas de reconhecimento de diferenças étnicas, raciais e culturais palatáveis, o que séculos depois, o regime neoliberal tacitamente admite e reconhece como diversidade e multiculturalismo (Silva, 2022, p. 37). Neste projeto, a diferença “dos Outros da Europa” está à mercê da assimilação ao sistema ontoepistemológico do norte global através dos termos do último, ou seja, a diferença é *a priori* a *alteridade* marcada por raças não-brancas, gênero e território.

Com a ajuda de Denise Ferreira da Silva (2022), penso que considerar a possibilidade de tradução e compreensão entre “mouros” e “colonizadores” acena, a partir de uma leitura radical, ao “(...) regime de produção desses sujeitos (pós-modernos) subalternos, isto é, sujeitos da diferença cultural, teorias críticas pós-modernas e raciais [que] acabam lhes atribuindo um tipo de transparência autoderrotada” (p. 74). O cerne da questão se apresenta da seguinte maneira: se considerarmos hoje a herança portuguesa dos mecanismos de racialização sobre pessoas não-brancas “mais claras” no cenário brasileiro, estes sujeitos deixam de ser, na categoria de Spillers, “carne”, e se tornam sujeitos plenos dentro da lógica colonial? Isto é, eles pararam de estar aprisionados pela diferença racial e agora são transparentes aos rastros da violência colonial?

Apresento essas questões pois me pergunto se a premissa de Spillers funciona para refletir sobre o papel do escalonamento de cor em pessoas não-brancas com base nos corolários da mestiçagem brasileira (ideologias eugenistas e de caldeamento nacional), os quais possuem técnicas e manobras particulares, distantes em diversos pontos do processo de racialização polarizado dos Estados Unidos (local da construção do pensamento de Spillers).²⁰ No Brasil, a representação certamente envolve a dualidade instaurada na leitura alternativa do ego do colonizador, contudo

²⁰ É importante destacar a contribuição fundamental de Spillers para o pensamento negro radical dos Estados Unidos com seu ensaio, que também se alinha à sua proposta de uma “gramática estadunidense”. Trago a autora para incentivar a sua aplicação em leituras brasileiras, contudo, acredito ser necessário levar em consideração no uso do pensamento da autora o particular processo de racialização brasileiro, o qual foi diretamente afetado pela colonização lusitana, e pela complexa *gramática racial portuguesa*.

a criação do escalonamento de melanina, com alegorias ligadas à cor negra mais claras utilizadas antes mesmo da tomada da *Terra Brasilis*, como “pardo”, prescreve a assunção de outros tipos de entrada de “subalternos” na gramática racial portuguesa.²¹

Embora eu não desqualifique a análise de Spillers sobre a “declinação” no registro de Azurara e concorde com o seu deságue em uma radicalização da diferença, minha escrita é condicionada e assentada no lastro brasileiro da experiência e reflexão sobre a mestiçagem nacional. Minha tarefa aqui é indicar como essa “declinação” existe não como uma gradual dissolução da negrura radical (do “terceiro tipo” para os de “razoada brancura”), mas como uma condição metonímica (Bhabha, 1998), indissociável do símbolo “negrura”. Além disso, vejo como fundamental pensar como o declive corta o tempo e incita questões de representação desde um espaço-tempo Brasil, onde a figura mestiça não-branca por muito tempo foi simulacro de apaziguamento de conflitos raciais nacionais (Freyre, [1933] 2003). Afinal de contas, já em 1453 a pessoa cativa “mais clara”²², porém ainda assim não-branca, está sob a intervenção portuguesa de commodificação. Aos olhos do colonizador, a separação intergrupar (brancos-colonizadores / não-brancos-cativos) possibilita a distinção e descrição do compadecimento de Azurara como contrapartida às lamúrias dos cativos, e mesmo que as últimas se originem de uma massa triplamente classificada (separação intragrupal), tal massa também está unificada. Em suma, todas as pessoas tocadas pela negrura sofrem sob o signo da escravidão, e suas lástimas são retratadas pelo colonizador sem o discernimento de gradações de tonalidade de pele.

Por esse motivo, sou levada a pensar em dois exercícios simultâneos: a) reconhecer a dualidade extrema no sistema de pensamento português do século XV; b) imaginar uma crítica da (re)construção da ordem ontológica em centro (Portu-

²¹ O emprego do termo “racial” precisa ser especificado. Embora entenda que a classificação do aprisionamento e trabalho forçado pela cor e terras no século XV preceitua a insurgência dos complexos significados posteriores de “racialização” e “racial” dos séculos XIX, XX e XXI, não necessariamente o emprego de “raça” no século XV carregava todo o arcabouço de significados pseudocientíficos que vieram nos séculos seguintes. No entanto, é inconcebível afirmar que a diferença material de cor de pele não foi um elemento fundamental para reiterar a instrumentalização da diferença cativa. Deste modo, “racial” aqui é aplicado sob a agregação território-cor-negrura, uma vez que, os portugueses não se viam sob este signo.

²² Não escrevo “pessoa mestiça” pois não quero entrar em questões de mestiçagem no norte africano durante o período. O que é importante para esta exposição é a capacidade portuguesa de classificar corpos mais claros não-brancos, os quais também seriam capturados no decorrer da história brasileira (Forbes, 1993), incluindo, no último caso, os corpos mestiços.

gal/Europa) ← margens (Guiné/África) onde os “outros cativos superiores” na graduação da cor da pele do grande grupo de “Outros cativos da Europa” entram na dinâmica da produção do “eu [*self*] narrador/coletivo” e da racialização inscrita no arquivo colonial lusitano. Isso significa, entender o funcionamento antagônico e “progressivo” da racialização operada pelos colonizadores 47 anos antes mesmo da invenção “Brasil”, e verificar as consequências materiais para as singularidades de “razoada brancura” e “outros (...) pardos”, na medida em que estes continuavam integrantes da “carga viva marítima” relatada em 1453 por Azurara²³.

TRADUÇÃO

A localização próxima entre a península ibérica e países do norte do continente africano, como Marrocos e Mauritânia, implicou em interações constantes e de diversas naturezas com pessoas não-brancas africanas durante toda a Idade Média europeia, antes mesmo da violência do colonialismo português se consolidar (Barros & Tavim, 2021).²⁴ Dada essa proximidade, o espectro racial não-branco africano é familiar ao repertório português. Isso indica que, já nos tempos medievais ocidentais, a “alteridade” podia ser marcada pela diferença na tonalidade da pele. Na mirada que pretendo apresentar, essa assimetria sofria de uma (re)apropriação quando conveniente. A maior evidência desse argumento está no engendramento da figura do “mouro”, o mais “próximo” culturalmente de Portugal, como foco primário para as experimentações que envolviam a racialização durante as incursões colonizatórias no século XV. Blackmore (2006), ao estudar a fabulação portuguesa em torno do “mouro” através das obras de Azurara, apresenta como a ambiguidade e a fronteira determinam essa figura em relação à península ibérica, tendo em conta dimensões de espaço-tempo em suas considerações:

Para o Portugal medieval, a África era familiar e estranha, um lugar conhecido do outro lado da modesta parcela do Mediterrâneo entre o Algarve e Ceuta e, mais ao sul, uma desconhecida extensão de terra que brilhava negra sob o sol equatorial. E para Portugal, como

²³ Imprescindível apontar que o termo “pardo” em 1453 não contém a mesma carga de significado do termo através da história brasileira, e do termo aplicado contemporaneamente. Contudo, ele comprova a tradução portuguesa para o que foi configurado como “mais claros” e “mais escuros”, assemelhando-se ao que acontece no presente.

²⁴ Amostras arqueológicas apontam que o arquétipo “mouro” era íntimo dos portugueses devido ao estabelecimento de povos islâmicos de Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia na Península Ibérica entre o ano 711 até o fim da Idade Média europeia (Boone & Benco, 1999)

para Espanha, a África fez parte da demografia e da história da cultura ibérica na figura do Mouro, ao mesmo tempo um “outro” e uma presença próxima e íntima. Jeffrey J. Cohen nos lembra o “trabalho cultural” do sarraceno (uma das possibilidades terminológicas medievais para “mouro”), “cuja pele escura e fisionomia diabólica eram a personificação mais familiar e exorbitante da alteridade racial da Idade Média ocidental”. Cohen argumenta, portanto, que o sarraceno (*grosso modo*) existiu em uma rede de produções literárias e ideológicas da Europa Ocidental; no caso da Península Ibérica, o mouro era às vezes, mas nem sempre, um sarraceno e era tanto uma figura de alteridade quanto de familiaridade e semelhança, menos um outro apriorístico e mais uma figura que poderia ser diferente como um marcador de fronteiras, incluindo “raça”, espiritualidade e sexualidade. (p. 27, tradução minha)²⁵

Não é surpresa que essa familiaridade aberrante tenha viabilizado o desenvolvimento do tráfico de pessoas em larga escala. Desde os “(...) primeiros contatos com os nativos, os portugueses, por ordem do Infante D. Henrique, capturaram vários que foram levados a Portugal para dar informações sobre as suas terras e servir de intérpretes em futuras viagens.” (Costa, 1985, p. 45, tradução minha)²⁶. Neste momento, a “carne” (Spillers, 2021) é torturada por informações que a realocará sistematicamente nesta mesma condição primária de existência, e tais informações permitem acesso à espaços e pessoas de Áfricas. Por coagir a transmissão de conhecimento africano, a coroa portuguesa reconhece que a comunicação (mesmo mandatória) desempenha um papel fundamental no empreendimento colonizador. Nesse sentido, o processo comunicativo é convocado através da tradução e compreensão de dados vitais repassados coercitivamente.

²⁵ “For medieval Portugal, Africa was familiar and strange, a known place across the modest parcel of the Mediterranean between the Algarve and Ceuta, and, farther south, an unknown expanse of land that glimmered black under the equatorial sun. And for Portugal, like for Spain, Africa was part of the demographics and history of Iberian culture in the figure of the Moor, at once an “other” and a closer, more intimate presence. Jeffrey J. Cohen reminds us of the “cultural work” of the Saracen (one of the medieval terminological possibilities for “Moor”), “whose dark skin and diabolical physiognomy were the western Middle Ages’ most familiar, most exorbitant embodiment of racial alterity” [189]. Cohen argues, therefore, that the Saracen (*grosso modo*) existed in a network of literary and ideological productions of western Europe; in the case of Iberia, the Moor was sometimes but not always a Saracen and was both a figure of alterity and of familiarity and sameness, less an aprioristic other and more of a figure that could be variously othered as a marker of boundaries including “race,” spirituality, and sexuality.”

²⁶ “In their first contacts with the natives, the Portuguese, on Prince Henry’s orders, captured several whom they took to Portugal to give information about their land and to serve as interpreters on future trips.”

A própria etimologia da palavra “comunicação” contém a polissemia que remete à violência colonial. Do latim *communicare*, o termo pode ser interpretado como “tornar comum”,²⁷ no entanto, este não é seu único sentido:

(...) *communicare*, em latim, também tem um outro sentido, que vai numa direção oposta (...), pois *communicare* não só significa ‘fazer comum’ ou até ‘unificar’, mas também algo oposto, que é ‘dividir’ e ‘separar’. A raiz da palavra comunicação nos leva então também ao domínio de duas lógicas opostas. Enquanto o sentido ‘fazer comum’ pertence à lógica da conjunção, o sentido de ‘separar’ nos leva ao domínio da lógica da disjunção:

lat. *Communicare*

‘fazer comum’, ‘unificar’
~ lógica da conjunção

‘dividir’, ‘separar’
~ lógica da disjunção

Que a ideia de que comunicação tenha a haver com separação é plausível do ponto de vista daquele que comunica, pois quem comunica também dá algo que é dele próprio a alguém - ideias, pensamentos ou sentimentos. Mas a separação do emissor das suas ideias uma vez que elas são comunicadas é só uma separação num sentido restrito. Num outro sentido, o emissor não se separa de maneira nenhuma das suas ideias, pois o conhecimento delas fica com ele. O emissor só se desprende das suas ideias no sentido de que depois da comunicação delas ele não é mais o único que tenha o conhecimento das suas ideias, porque a partir do momento da comunicação delas ele divide este conhecimento com o receptor. (Nöth, 2011, p. 86)

Embora a “separação” se aproxime da etimologia apresentada por Nöth, a colonização intensifica tal partilha, pois os insumos comunicacionais africanos são transformados em ausência material pelos colonizadores. De acordo com o esquema de emissor e receptor, condizente com o extrativismo de saberes dos “mouros” pelos portugueses, o processo colonizatório opera no tensionamento radical entre as informações coagidas e a pessoa subjugada. Este emissor se “separa” de suas ideias num diálogo comunicacional forçado. Os saberes dos povos cativos (modos de vida, linguagem, formas de ser e estar no mundo) são apagados e substituídos pelo registro português para assegurar o sucesso colonial. Ainda que sempre haja a teimosia da vida, como nosso pretuguês (González, 1984),²⁸ a inscrição de terras e

²⁷ Destaco que não estou me referindo ao trabalho de Muniz Sodré, nem às subsequentes elaborações baseadas em sua interpretação do termo “comunicação”, evidentes principalmente na obra *A ciência do comum* (2014). Utilizo aqui a etimologia da palavra, a qual pode ser aplicada aos atos colonizatórios como detalho a seguir.

²⁸ Proposta de Lélia González ao demonstrar como a “língua materna” do Brasil não é o português, mas sim o “pretuguês” exibindo construções linguísticas diaspóricas e cotidianas subsequentes de marcas da linguagem de Áfricas, passadas intergeracionalmente e mescladas com a imposição da

peças cativas de Áfricas no arquivo lusitano, disponibilizada pela “familiaridade e semelhança” com o “mouro”, condiciona uma incorporação disjuntiva, utilitarista e destruidora.

Essa diferença limítrofe na figura do “mouro” - “resolvida” pela comunicação - é por excelência o objeto parcial da psicanálise kleiniana (1991) para a organização da mente portuguesa sobre o objeto total (África-escravos). O objeto parcial é uma representação recortada de uma totalidade, criado para mediar a relação entre o indivíduo e este todo, e portanto, evitar a desilusão do primeiro com o último. A principal cena apresentada por Klein que alicerça esta proposição é a relação entre a criança e a mãe. O objeto parcial é o seio da mãe e o objeto total é a própria mãe, “(...) (um é real e serve para a satisfação da necessidade, enquanto o outro é aquele que pode ou não dar o seio), fica claro que a frustração está menos ligada ao seio do que à mãe. Quando a mãe não dá o seio, a criança se frustra.” (Lucero & Vorcaro, 2018, p. 804). Diversos recortes podem encapsular essa fragmentação, acarretando um conjunto de objetos parciais que direcionam a satisfação de uma pulsão relativa ao todo. Tais recortes e a subsequente intermediação são necessários pois o indivíduo é incapaz de lidar com a complexidade do todo. Entretanto, em sua elaboração de objetos parciais é possível alcançar uma satisfação parcial, a qual ajuda trilhar o acesso à conquista do objeto total.

Para evitar a frustração do entendimento com a obscuridade do objeto total - isto é, o continente africano e seus povos singulares e incomensuráveis -, o Império Português precisa entendê-lo fragmentado (“mouros” e as gradações de cor encontradas no arquivo colonial). Assim, é possível usurpar seu repertório aos poucos para poder conquistar por inteiro suas terras e povos, indo além da Guiné e Ceuta. A colonização, então, respalda-se em uma necessidade de inteligibilidade dos portugueses sobre “os mouros” dentro dos códigos dos primeiros. A meu ver, a tradução da diferença próxima tranquiliza o entendimento do colonizador sobre a “alteridade” e efetiva o extrativismo de informações para o “progresso colonizatório”, “o mouro”, aqui, é um “em comum” alienígena/estrangeiro. Além disso, com o objeto parcial kleiniano, a articulação arquivista colonial consegue desestabilizar a sucessão temporal da inscrição da “alteridade mais clara para a mais escura”, uma vez que, o “mais claro”/ “mouro” já faz parte da metonímia contida na com-

binacão entre “terra”, “negrura” e “cativo”, permitindo a exploração colonial e possibilidades de dominação de pessoas com outras gradações. Chamo atenção para este o movimento não-linear de identificação da diferença que utiliza a tradução, ou o “em comum” para cortar o tempo e o espaço no processo comunicativo colonizatório.

No momento da nomeação/fabulação “mouro” e primeiras apreensões/articulações de suas metodologias-vidas pelo império português, a nomeação “negro como etíopes” já existia em sua virtualidade ou na imaginação europeia. O que quero dizer é que não faz parte desta proposta um estágio primário de apropriação da diferença feita pelos portugueses, a qual posteriormente acarretaria a instrumentalização da diferença total da negrura “absoluta” como o outro extremo da lógica binária de cor. Nem pressuponho a concepção do “terceiro tipo” apenas no momento em que pessoas mais escuras apareceram diante dos portugueses, o que levaria à formação de todas as consequências da racialização dialética e gradações raciais. Essa explicação reflete a lógica subjacente ao pensamento moderno/colonial que constrói as nuances, onde a causalidade dos processos de separação e comparação entre as pessoas nativas é moldada pela própria necessidade de ordenação arquivística e classificatória portuguesa.

Leio a intersecção comunicativa criada/forçada entre portugueses e “mouros avizinados” não como algo germinal, mas sim como concretude de um enclave temporal, onde o que parece efeito pode anteceder a causa, estando assim condicionado pela atravessabilidade (Silva, 2019). Existe na nomeação da diferença “mouro”, um desejo colonizatório que corta o tempo linear para capturar maiores “disformidades” quando conveniente. Esse corte temporal se dilata até o terceiro tipo demarcado por Spillers. No momento do roubo material das terras e pessoas do norte da África, ocorre o roubo do restante do continente. Ao mesmo tempo que a captura do mais escuro está em suspenso no momento da expropriação das informações “mourescas”, ela está manifesta.

Isto é fundamental para reforçarmos argumentações histórico-filosóficas somadas a dados da realidade negra brasileira²⁹ e, dessa forma, não cairmos na mes-

²⁹ O Censo de 2022 reitera os resquícios do trauma colonial. A proporção de pessoas pretas ou pardas pobres (40%) é o dobro da população branca (21%), e a taxa de extremamente pobres entre pretos e pardos é de 7,7%, comparada a 3,5% entre os brancos. Pardos agora representam o maior grupo racial no Brasil, constituindo 45,3% da população. No mercado de trabalho, profissionais brancos ganharam, em média, 61,4% a mais por hora trabalhada que pretos e pardos em 2022, considerando

ma relação causa-consequência de algumas propostas epistemológicas ao tratarem de gradações intra-grupais na negritude que qualificam níveis das ações nefastas do racismo, como por exemplo, o colorismo à brasileira. Além da captura do “terceiro tipo” ser um *contratempo* linear, o encontro com esse “em comum” alienígena/estrangeiro (“mouro”) não precisa acontecer de forma tangível; basta que ele seja imaginado. A próxima e última reflexão aborda como a imaginação da “alteridade radical racial” pelo colonizador pode influenciar e substituir o encontro direto com “o mouro” e “o terceiro tipo” no contexto da temporalização das gradações raciais. Veremos como a imaginação colonial pré-figura a representação e identificação dos guineanos como “carga marítima”.

IMAGINAÇÃO

A imaginação colonial reverbera em elaborações já esquematizadas, como a ideia de “compartimento selvagem” (no original: “savage slot”) de Michel-Rolph Trouillot (2003).³⁰ Em seu argumento, a antropologia e a geografia da imaginação europeia criam um antagonismo por um contato fabulado com “os seus outros”. O “compartimento selvagem” é apresentado por Trouillot como uma construção formada por insumos interdisciplinares na virada do século XV para o XVI, como: a) os diários de bordo de incursões colonizadoras, b) os relatos de processos colonizatórios como o de Azurara; c) a literatura de viagem antes mesmo do período iluminista (séculos XV e XVI); d) e a antropologia filosófica.³¹

todos os níveis de instrução. Além disso, a maioria das vítimas de mortes violentas são homens pretos e pardos, com uma taxa de 76,9%. Em termos de gênero, mulheres pretas ou pardas representam 41,3% dos pobres no país e 8,1% dos extremamente pobres em 2022. Segundo o IBGE, pessoas em situação de pobreza são aquelas que vivem com até R\$ 637 por mês, enquanto as em extrema pobreza vivem com menos de R\$ 200 por mês. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2023/12/24/consciencia-racial-cresce-mostra-censo-2022-mas-desigualdades-persistem.ghtml>>. Acesso: 18 jun de 2024.

³⁰ Sigo a tradução empregada por Mello e Pires (2018), uma vez que não existe uma “(...) tradução padronizada para a expressão [savage slot]. As seguintes opções já foram usadas por acadêmicos lusófonos: ‘fenda selvagem’, ‘escaninho do selvagem’ e ‘nicho selvagem’. Optamos por “compartimento selvagem” para evitar o literalismo demasiado de ‘fenda’ e manter a metáfora espacial de slot (‘encaixe’, ‘ranhura’, ‘fresta’, ‘fenda’, ‘compartimento’) não captada pelos termos ‘escaninho’ e ‘nicho’”. (p. 200)

³¹ Trouillot (2003) versa sobre vários exemplos de relatos “verídicos” e “ficcionais” relativos a períodos próximos, como *Bref récit et succincte narration de la navigation faite en MDXXXV et MDXXXVI* (1545) de Jacques Cartier e *Gargantua* (1534) de François Rabelais. Outra amostra da separação entre o europeu e o selvagem está no comentário de Trouillot sobre Montagne e suas descrições das cerimônias dos Tupinambás feita em *Des Cannibales*: “Montaigne, um viajante observador dentro dos limites de Europa, usou descrições da América para estabelecer questões da antropologia filo-

Para o autor, as categorias “escrita do real” e “ficção” criam um arquivo entremeado, cujas fantasias delineiam a figura do selvagem desde o seu momento de fundação. Sendo assim, o estado do qual se deve evitar (o estado da natureza) e o estado ideal para as, até então, monarquias europeias (a utopia em construção)³² são engendrados simultaneamente no arquivo colonial, instituindo já no início do século XVI “(...) descrições europeias de um suposto estado de natureza no modo realista [as quais] preencheram os escritos de oficiais coloniais preocupados com a gestão imediata do Outro.” (Trouillot, 2003, p. 14, tradução minha)³³.

Com esta divisão arbitrária entre o que se define em termos europeus como natureza e civilidade, a Europa se autointitula como o modelo social em progressão, sistema fundamental para alcançar uma organização social distanciada do primitivismo. Logo, conjuntamente com as “descobertas fortuitas” das terras e pessoas fora da Europa, o “compartimento selvagem”, uma fabricação “realista” e “ficcional”, universaliza o estado precário não-europeu, e ao mesmo tempo, *encaixa* cada singularidade encontrada pelas forças coloniais à conveniente cristalização do “estado da natureza”. O selvagem se consolida como um argumento metafórico que vai ao encontro da/de encontro à utopia social europeia.³⁴ A narrativa mesclada de “concretude” e “imaginação” que acomoda o “compartimento selvagem” se aproxima do comentário de Fanon (2008) sobre a sobredeterminação do “sujeito colonial” pelo exterior (p. 108), e é refletida em Bhabha (1998) na sua revisão da

sófica para seus leitores - e no famoso ensaio ‘Des cannibales’ [1595], ele é rápido em apontar a principal diferença entre seu empreendimento e o de seus predecessores gregos, incluindo Platão: Os gregos não tinham banco de dados realista” (2003, p. 15). No original: “Montaigne, an observant traveler himself within the confines of Europe, used descriptions of America to set for his readers issues in philosophical anthropology - and in the famous essay ‘Des cannibales,’ he is quick to point out the major difference between his enterprise and that of his Greek predecessors, including Plato: The Greeks had no realistic database.”

³² Uma das obras basilares para o argumento de Trouillot é *Utopia* (1516) de Thomas Moore. De forma condensada, Utopia apresenta a visão imaginária de uma sociedade governada pela razão, sem os conflitos que afligiam a Europa do século XVI.

³³ “Such cataloging is useful, but only to some extent. In the early sixteenth century, European descriptions of an alleged state of nature in the realist mode filled the writings of colonial officers concerned with the immediate management of the Other.”

³⁴ Até o “bom selvagem” recai nesta representação. Com sua bondade apriorística, sem ter sido ainda corrompido pelo social, a figura do “bom selvagem” ocupa um estágio anterior no processo civilizatório segundo Rousseau (2007). Ademais, ele é o alicerce para a proposição do contrato social do último. Todavia, Trouillot indica que essa alegoria já habitava a imaginação européia desde o século XVI: “O companheiro de Ferdinand Magellan [Fernão de Magalhães], Antonio Pigafetta, afirmou em 1522 que os índios do Brasil eram “*creduli* e *bont* por instinto. (...) O mito do bom selvagem não é uma criação do Iluminismo” (2003, p. 16-17, tradução minha).” No original: “Ferdinand Magellan’s companion, Antonio Pigafetta, claimed in 1522 that the Indians of Brazil were “*creduli* e *bont* by instinct. (...) The myth of the noble Savage is not a creation of the Enlightenment.”

condição fanoniana: “É através da imagem e da fantasia - aquelas ordens que figuram transgressivamente nas bordas da história e do inconsciente - que Fanon evoca a condição colonial de forma mais profunda.” (p. 74).

Seguindo Trouillot, se analisarmos a inscrição “dos mouros” no arquivo lusitano, os portugueses estariam apenas corroborando a pré-figuração dos primeiros nesse “compartimento selvagem”. Contra a lógica causal, a eficácia colonizatória de apropriação da diferença se traduz na substituição por conveniência do “compartimento selvagem”, que ora imagina e captura um tipo “mais palatável”, ora um tipo “menos palatável”. Contudo, a subjugação desses corpos e a expropriação de bens africanos são engendrados no arquivo imaginário/documental europeu do “estado da natureza”, cujo funcionamento eclipsa tais estágios - (“mais palatável”, “momento anterior”, “mouro”/ “menos palatável”, “momento posterior”, “terceiro tipo”) - em um só tempo.

Tal eclipse temporal é essencial na eficácia da metamorfose desses “mouros” para os demais povos nativos de Áfricas. Desse modo, a instrumentalização das ferramentas coloniais e seus resquícios até os dias atuais nos atos de racismo não se restringe ao “passado”, isto é, ao sequestro dos “primeiros mouros” e tudo que foi retirado deles; o sequestro do primeiro “mouro” já é o sequestro do continente africano. Esta conexão pode ser ilustrada na possível influência direta entre a crônica de Azurara, uma narrativa eivada do imaginário europeu sobre “os outros”, e as concessões divinas da *Romanus Pontifex*,³⁵ bula papal que autorizou o Rei Afonso V de Portugal a escravizar povos e a tomar terras da região africana.³⁶

³⁵ Mariza Soares (2000) demarca o comentário feito por José de Bragança ao relançar em dois volumes a crônica de Azurara, renominada *Crônica do descobrimento e conquista da Guiné: segundo o manuscrito da Biblioteca nacional de Paris. Modernizada, com notas, glossário e uma introdução de José de Bragança* (1937): “Segundo Bragança, uma primeira versão da *Crônica de Guiné* (...) fora levada a Roma em 1452-53. O mesmo autor é ainda mais categórico afirmando que a *Romanus Pontifex* de Nicolau V ‘reflete o conhecimento da primeira redação da *Crônica de Guiné*’” (Soares, 2000, p. 75). Trago a autora e seu apontamento pois não foi possível encontrar esta versão específica editada por Bragança em arquivos online até o momento.

³⁶ A bula papal pontifícia expedida em 8 de janeiro de 1454 por Nicolau V concedia ao Rei Afonso V de Portugal “(...) faculdade plena e livre para invadir, conquistar, combater, vencer e submeter a quaisquer sarracenos e pagãos e outros inimigos de Cristo, em qualquer parte que estivessem, e aos reinos, ducados, principados, domínios, possessões e bens móveis e imóveis tidos e possuídos por eles; e reduzir à servidão perpétua as pessoas dos mesmos, e destinar para si e seus sucessores e se apropriar e aplicar para uso e utilidade sua e de seus sucessores os reinos, ducados, condados, principados domínios, possessões e bens deles”; acresce-se a tais autorizações a todas “as províncias, ilhas, portos, lugares e mares, quaisquer que sejam seu tamanho e qualidade. Já adquiridos ou que possam ser adquiridos doravante, e também esta conquista desde os citados cabos Bojador e Num, as doamos, concedemos e apropriamos pelas presentes perpetuamente, aos citados rei Alfonso e aos reis seus sucessores dos já indicados reinos, e ao Infante.”. (Nicolau V apud Suess, 2002, p. 114, tra-

Quando os primeiros cativos chegaram a Portugal, o papa, informado da boa nova, deu à Ordem de Cristo portuguesa o direito de fazer guerra contra esses mouros e outros inimigos da fé. Concedeu aos que se empenhassem nesta "guerra justa" o perdão de todos os seus pecados, desde que fossem verdadeiramente penitentes e se tivessem confessado. Três vezes em apenas quatro anos, bulas papais legitimaram a conquista portuguesa da África. Em 1452, Nicolau V in *Cum Diversas* autorizou o rei de Portugal, Afonso V, a atacar, conquistar e subjugar os sarracenos, pagãos e outros incrédulos "inimigos" de Cristo, a apoderar-se dos seus bens e territórios, a reduzir as suas pessoas à escravidão perpétua e a transferir as suas terras e bens para o rei de Portugal e seus sucessores. Em 1455, *Romanus Pontifex* especificou que os infiéis das regiões entre Marrocos e as Índias poderiam ser subjugados e convertidos. No ano seguinte, na *Intercaetera*, Calisto III confirmou os termos de *Romanus Pontifex* e concedeu à Ordem de Cristo jurisdição espiritual sobre todas as regiões conquistadas. (Costa, 1985, p. 45)

A apreensão da negrura mais clara com possibilidade de tradução, esse “em comum” próximo e alienígena, engendra o aparelhamento da ordem militar e religiosa que autoriza através do tempo o monopólio português sobre as terras e povos para além do homogêneo “primeiro” e fronteiriço grupo. Os carrascos ao transmutarem “o estado da natureza” em encarceramento e morte das pessoas cativas “mouras”, brandiam sua fidelidade à coroa portuguesa e ao catolicismo,³⁷ e demarcavam em sua devoção a diferença incontestável entre a ordem dominadora e quem deveria estar à mercê do assujeitamento, estabelecendo, assim, uma distinção dual geograficamente nítida (Portugal-brancura-catolicismo-liberdade vs. África-negrura-paganismo-escravidão).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chronica do descobrimento e conquista da Guiné (Azurara, 1453) descreve a subjugação e escravização de povos africanos, apresentados como parte do processo “civilizatório” português. A prática arquivista lusitana inscreve a diferença física e moral entre colonizadores e cativos na disciplina História sob a ótica eurocêntrica. O que este artigo tentou analisar foi essas de(in)scrições, isto é, como o relato

dução minha).

³⁷ “E em acabando estas razooês olharom pera a povoraçom, e vi ram que os Mouros, com suas moheres e filhos, sahiã ja quanto podyam de seus alojamentos, porque ouverom vista dos contrairos; e eles chamando Santiago, sam Jorge, Portugal, de rom sobre elles, matando e prendendo quanto podyam.” (Azurara [1453] 1841, p. 111).

de Azurara promove a tradução do grupo cativo para a gramática portuguesa, a qual implica na reconfiguração da geografia do continente Africano junto com seus povos nativos. Assim, *Cronica da Guiné* demarca a seguinte diferenciação entre portugueses e as pessoas cativas, respectivamente: a) favorecidos pela/resultados da tradução, entendimento e absorção (lógica da conjunção comunicacional colonial); e simultaneamente, b) favorecidos pela/resultados da separação, dominação e apagamento (lógica da disjunção comunicacional colonial).

A capacidade lusitana de interpretar, descrever, e criar significado sobre os povos africanos para o arquivo colonial condiciona uma diferenciação intergrupar, entre colonizadores livres e pessoas nativas assujeitadas, e outra intragrupal, onde a sofisticação da subjugação distingue tonalidades de pele e gênero dentre o grupo escravizado. Sendo assim, podemos dizer que as técnicas de distinção duais (Império Português x “Terra dos Negros”) articulam uma estratégia representativa colonial que dá conta de uma homogenia da diferença, ou seja, a criação da “alteridade radical racial” dos guineanos quando comparados ao homem branco europeu livre. E ao mesmo tempo, temos as comparações intragrupais que não perdem de vista a centralidade narrativa do “português livre e moralmente correto”, as quais formam uma especificidade aparente. Tais particularidades podem ser vistas como uma oportuna criação de variações internas, pois todas elas, independente de suas singularidades, são agrilhoadas narrativamente e materialmente sob o signo da escravidão. Em síntese, ao descrever tais pessoas, a narrativa portuguesa as “funda” dentro dos seus modos de compreensão, ou seja, racializações e generificações não apenas “fabricam pessoas” mas produzem também as próprias lógicas binárias e especificistas de racializar e generificar.

Trago “o mouro” como figura-chave para explicitar esse sofisticado movimento paradoxal de captura colonial generalista e especificista. Tendo uma familiaridade cultural e linguística com o continente ibérico devido a proximidade geográfica do norte da África, “o mouro” é ao mesmo tempo alienígena e estrangeiro para o homem europeu, e sua “articulação” feita pelo Império Lusitano é central para a instrumentalização da expropriação de pessoas e esbulho das terras africanas. Durante o início das incursões coloniais portuguesas, o tráfico de “mouros” se deu para coagir informações sobre Áfricas, fundamentais para a tomada de territórios durante os crimes colonizatórios de Portugal. Proponho que a comunica-

ção, nesse contexto, tem o seguinte sentido: unificar para separar. Isto é, a fragmentação do objeto total (África e seus povos) em objetos parciais (mouros) possibilita aos portugueses explorar e dominar as terras e pessoas africanas. Essa estratégia facilita a consolidação da racialização e colonialismo, que transcendem a lógica linear do tempo, permitindo imaginar e já capturar outras “alteridade raciais radicais” ainda não encontradas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Miguel. As Crônicas de Zurara: a corte, a aristocracia e a ideologia cavaleiresca em Portugal no século XV. *Medievalista*, Lisboa, n. 23, p. 1-31, jan/jun, 2018. Disponível em <https://scielo.pt/pdf/med/n23/n23a04.pdf>. Acesso em 01 jul. 2023.

AZURARA, Gomes Eannes de. *Chronica do descobrimento e conquista da Guiné*, escrita por mandado de Elrei D. Afonso V, sob a direcção scientifica, e segundo as instrucções do illustre Infan-te D. Henrique [...] fielmente trasladado do manuscrito original contemporâneo, que se conserva na Biblioteca Real de pariz, e dado pela primeira vez à luz per diligencia do Visconde da Carreira, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de S. Majestade Fidelíssima na corte de França; precedida de uma introdução, e illustrada com algumas notas, pelo Visconde de Santarém [...] e seguida d' um glossário das palavras e phrases antiquadas e obsoletas. Paris: J. P. Aillaud, 1841.

AZURARA, Gomes Eannes de. 1450. *Crónica da tomada de Ceuta*. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra: Academia das Sciencias de Lisboa, 1915.

AZURARA, Gomes Eannes de. *The Chronicle of the Discovery and Conquest of Guinea, Vol. I*. London: The Hakluyt Society, 1896.

AZURARA, Gomes Eannes de. *The Chronicle of the Discovery and Conquest of Guinea, Vol. II*. London: The Hakluyt Society, 1899.

BARROS, João de. *Da Ásia*. Década I, Livro II, Cap. 1, [1552] 1773, p. 137. Disponível em: https://purl.pt/7030/4/l-79443-p/l-79443-p_item4/l-79443-p_PDF/l-79443-p_PDF_24-C-R0150/l-79443-p_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf. Acesso em 01 jul. 2023

BARROS, Filomena; TAVIM, José Alberto. Mobilities and Communities between North Africa and Portugal: Muslims and Jews in the Medieval and Early Modern Ages, *Ler História*, n. 78, 2021, p. 17-38.

BLACKMORE, Josiah. Imagining the Moor in Medieval Portugal. *Diacritics*, v. 36, n. 3-4, 2006, pp. 27-43.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998

BOONE, James L.; BENCO, Nancy. L. Islamic Settlement in North Africa and the Iberian Peninsula. *Annual Review of Anthropology*, v. 28, n. 1, p. 51-71, 1999. DOI: 10.1146/annurev.anthro.28.1.51

BRITO, Luciana da Cruz. O crime da miscigenação: a mistura de raças no Brasil escravista e a ameaça à pureza racial nos Estados Unidos pós-abolição. *Revista Brasileira de História*, v. 36, n.72, pp.107-130, mai.-ago., 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3ELKt1v>. Acesso em 09 nov. 2022

BURKE, Edmund. (1757). *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo*. São Paulo: Unicamp, 2014.

COSTA, Emilia Viotti da. The Portuguese-African Slave Trade: A Lesson in Colonialism. *Latin American Perspectives*, v. 12, n. 1, 1985, pp. 41-61. DOI: <https://doi.org/10.1177/0094582X8501200103>

FANON, Frantz. *Pele Negras, Máscaras Brancas*. Salvador: Edufba, 2008.

FORBES, Jack. In: Negro, Black and Moor: The evolution of these terms as applied to Native Americans and Others. FORBES, Jack. *Africans and Native Americans: The Language of Race and the Evolution of Red-Black Peoples*, 1993. pp. 65-94.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 1933. 48ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2003.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Estudos Sociais Hoje*, Brasília: ANPOCS, p. 223- 244, 1984.

KLEIN, Melanie. *Obras Completas de Melanie Klein: Volume III Inveja e Gratidão e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1991

LEITE, Duarte. *Àcerca da “Cronica dos feitos na Guinee”*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1941.

LLOYD, David. *Under Representation: The racial regime of aesthetics*. New York: Fordham University Press, 2019.

LOIS, Carla; GARGIA, João Carlos. Do oceano dos clássicos aos mares dos impérios: transformações cartográficas do Atlântico sul. *Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material*, v.17. n.2. pp. 15-37, 2009. DOI: 10.1590/S0101-47142009000200003

LUCERO, Ariana; VORCARO, Angela Maria. Do objeto parcial ao significante fálico: uma leitura lacaniana de Melanie Klein. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 797- 811, dez, 2018.

LUGONES, M. Colonialidad y gênero. *Tabula Rasa*, n. 9, pp. 73-101, 2008. Disponível em <https://bit.ly/3ELY2xl>. Acesso em 7 nov. 2022.

MARIAH, Morena. A passabilidade e a política de embranquecimento. *Blog da Intrínseca*. 10 jun. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3tlscf5>. Acesso em: 5 nov. 2022.

MANDARINO, A; GOMBERG, E. A Escola de Medicina da Bahia ou o lugar onde Pedro Archanjo foi bedel: representações de estereótipos acerca de macumba, loucura e crime. *RECISS - R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*, v.4, n.3, pp. 63-69, set., 2010.

MARIANI, Bethania. A língua como questão nos primórdios da história da colonização africana: a “Crônica da Guiné”, de G. E. de Zurara. *Gragoatá*, v.10, n.19, p. 177-192, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33262>. Acesso em 01 jul. 2023.

MELLO, Marcelo Moura; PIRES, Rogério Brittes W. Trouillot, o Caribe e a antropologia. *Afro-Ásia*, n. 58, 2018, pp. 189-232. DOI: <https://doi.org/10.9771/aa.v0i58.27954>

MOMBAÇA, Jota. *Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!*. 32a Bienal de São Paulo, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NÖTH, Winfried. Comunicação: os paradigmas da simetria, antissimetria e assimetria. *MATRIZES*, v.5, n.1, p. 85-107, 2011. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v5i1p85-107>

OYEWÙMI, Oyèrónkẹ. *The invención of women: Making an African Sense of Western Gender Discourses*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1997.

QUEIRÓS, Silvio Galvão de. “Pera espelho de todollos uiuos”- A imagem do Infante D. Henrique na Crônica da Tomada de Ceuta. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 1997.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos: modos e significados*. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa. 2015.

SILVA, Denise Ferreira da. À brasileira: racialidade e a escrita de um desejo destrutivo. *Estudos Feministas*. Florianópolis, UFSC, v. 14, n. 1, pp. 61-83, 2006.

SILVA, Denise Ferreira da. *A dívida impagável*. São Paulo: Oficina de Imaginação Política e Living Commons, 2019.

SILVA, Denise Ferreira da. *Homo Modernus: Para uma ideia global de raça*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

SILVA, Denise Ferreira da. O evento racial ou aquilo que acontece sem o tempo. 2016. In: PEDROSA, Adriano; CARNEIRO, Amanda; MESQUITA, André (orgs.). *Histórias afro-atlânticas: vol. 2 antologia*. São Paulo: Masp, 2018.

SOARES, Mariza de Carvalho. Descobrindo a Guiné Colonial no Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 161, n. 407, p. 71-94, abr./jun. 2000. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/131-volume-407.html>>. Acesso em 05 jul. 2023

SODRÉ, Muniz. *A ciência do comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis: Vozes, 2014.

SPILLERS, Hortense. J. Bebê da mamãe, talvez do papai: uma gramática estadunidense. In: BARZAGHI, C.; PATERNIANI, S.; ARIAS, A. (org.). *Pensamento negro radical: antologia de ensaios*. São Paulo: Crocodilo, N-1 edições, 2021. p. 29-70.

SPILLERS, Hortense. J. Mama's Baby, Papa's Maybe: An American Grammar Book. *Diacritics*, v. 17, n. 2, Culture and Countermemory: The "American" Connection. Summer, 1987. pp. 64-81.

SUESS, Paulo. *La conquista espiritual de la América española: 200 documentos-siglos XVI*. Quito: Abya-Yala, 2002.

TAYLOR, Diana. *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Trad. Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

TROUILLOT, Michel-Rolph. Anthropology and the Savage Slot: The Poetics and Politics of Otherness. In: _____. *Global Transformations: Anthropology and the Modern World*. New York and Hampshire: Palgrave Macmillan, 2003.

VESTIBULE. In: *Merriam-Webster*. [Springfield: Merriam-Webster], 2023a. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/vestibule>. Acesso em: 15/07/2023.

VESTIBULE. In: *Cambridge Dictionary*. [Cambridge: Cambridge University Press & Assessment], 2023b. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/us/dictionary/english/vestibule>. Acesso em: 15/07/2023.

ZURARA, Gomes Eannes de. *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné: segundo o manuscrito da Biblioteca nacional de Paris. Modernizada, com notas, glossário e uma introdução de José de Bragança, Volume 1 e Volume 2*. Lisboa: Livraria Civilização, 1937.

ZURARA, Gomes Eannes de. Chronica do Conde D. Pedro de Menezes. In: *Coleção de livros inéditos de história portuguesa, dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II, publicados de ordem da Academia Real das Ciências de Lisboa, Tomo II*. Lisboa, Portugal: Oficina da Academia Real das Ciências, 1792. p. 213-626; Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=129040>. Acesso em 01 jul. 2023.

ZURARA, Gomes Eannes de. Chronica do Conde D. Duarte de Menezes, de Ruy de Pina. In: *Coleção de livros inéditos de história portuguesa, dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II, publicados de ordem da Academia Real das Ciências de Lisboa, Tomo III*. Lisboa, Portugal: Oficina da Academia Real das Ciências, 1793. p. 7-392; Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=12904>. Acesso em 01 jul. 2023.

ZURARA, Gomes Eannes de. *Crônica da Tomada de Ceuta*. S/e. Sintra: Publicações Europa-América, [1449-1450]1992.